

Marasmo medíocre

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

As repetidas referências à crise “dos anos 30” quando se tenta colocar a atual crise em perspectiva histórica são enganosas. A crise atual é, de longe, a mais grave crise enfrentada pela economia brasileira desde o início do século passado e, quiçá, desde a sua história independente.

O que fez a diferença nos anos 30 foi a queda dos termos de troca com o colapso dos preços do café e consequente impacto sobre a renda nacional. Mas a queda do nível de atividade, medido pelo PIB, no início dos anos 80 já havia excedido os maus resultados de 1939-1931. Em bases trienais, com centro em 1930 e 1982, o PIB caiu em média, respectivamente, 1,4% e 2,1%, números superados no atual triênio com centro em 2015 e que serão amplamente excedidos no par de anos à frente.

Por outro lado, é coisa bem diferente mergulhar em depressão junto com o resto do mundo – como foi o caso na década de 1930 – da situação atual, quando a economia brasileira entra em parafuso solo.

Quando são analisadas as origens das crises econômicas brasileiras, constata-se que, em geral, foram exógenas. Casos em que o Brasil entrou em crise repercutindo crise no centro do sistema. As crises com raízes endógenas são raras no retrospecto: início dos anos 1960, 2002 e a crise atual.

A queda do PIB *per capita* em 1963 foi rapidamente superada pós-golpe militar, mesmo antes do início do milagre delfiniano em 1968. A crise de 2002 foi superada com o temporário arrependimento do PT implícito na *Carta ao Povo Brasileiro* e o endosso da política macroeconômica herdada de FHC.

Embora o atual governo ainda tente desesperadamente explicar a crise que se iniciou em 2014 como resultado da queda dos preços de commodities, a verdade é que, em grande medida, foi causada pela combinação de medidas econômicas ineptas.

À imprudência macroeconômica coroada pelas pedaladas somaram-se as recaídas quanto ao papel do Estado na economia e ao protecionismo. Estímulos “keynesianos” foram prorrogados indevidamente. E o BNDES, bancado pelo Tesouro, garantiu generosa cornucópia com polpudos subsídios a campeões nacionais. Ampliou-se o papel compulsório da Petrobrás no pré-sal. Foram disseminadas renúncias fiscais ineficazes.

No terreno externo, a prioridade na conclusão da Rodada Doha frustrou-se com a paralisia em Genebra. No Mercosul continuaram os regimes de exceção e foram paralisadas as iniciativas de liberalização do comércio com parceiros relevantes. A liberalização comercial, congelada sob Lula, acabou revertida, com a adoção de medidas questionáveis na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tudo isso acompanhado pelas revelações do petrolão, que confirmam o enraizamento no Brasil da corrupção sistêmica, isto é, da corrupção que afeta, via classe política, o processo de tomada de decisões. Não se trata mais de repetir o passado, com “bolas” de 10% ou “rouba, mas faz”, mas de controle do sistema político por extratores de benesses do Estado por meio de práticas corruptas. É a volta aos “burgos podres” da Grã-Bretanha do século 18.

A crise econômica perdurara talvez mais um biênio. Não há indicações de que o governo tenha condições políticas de promover o ajuste que seria necessário para começar a reverter a deterioração das Contas públicas e a aceleração da inflação. O principal argumento contra o impeachment – ainda que assegurada, sem sombra de dúvida, a sua legalidade – é a inexistência de opção política capaz de produzir um choque de credibilidade. Nem a alternativa Temer nem os possíveis vitoriosos numa eleição pós-impeachment parecem capazes de virar o jogo de forma significativa. O governo Dilma vai sangrar até 2018 e não há nenhum indício de que as dificuldades que cercariam uma eleição pós-impeachment não se repitam na próxima eleição regular. Com um sistema político disfuncional e difícil de reformar, o Brasil vai patinar no marasmo medíocre por muitos anos.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.